

**TERRITORY, MULTIFUNCTIONALITY
AND SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT:
A CASE STUDY FROM THE TERRITORY
VALES DO CURU AND ARACATIAÇU***

**TERRITÓRIO, MULTIFUNCIONALIDADE
E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL:
UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DO TERRITÓRIO
VALES DO CURU E ARACATIAÇU**

Diana Mendes Cajado¹

João Luis Josino Soares²

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo³

ABSTRACT

Due to the multiple definitions and appropriations of the concept of territory, it is necessary to refer on which perspective it will be analyzed in this paper. We shall approach the territory in the context of sustainable rural development, when it focuses on the family-based farming and discuss with the approach of multifunctionality of agriculture. The introduction of the concept of territory into analyses of rural environment and family-based agriculture contributes to the reconstruction of the meaning of rural development. In rural areas, these relations are built based on the family production system that, through its dynamism and productive, reproductive, cultural and organizational diversity, transform and re-signify the rural space, defining it

¹Mestre em Economia Rural – Universidade Federal do Ceará (Fortaleza – Brasil). E-mail: diana_cajado_pesca@hotmail.com

² Mestre em Economia Rural – Universidade Federal do Ceará (Fortaleza – Brasil). E-mail: joajosino@hotmail.com

³ Doutora em Sociologia e Professora da Universidade Federal do Ceará (Fortaleza – Brasil). E-mail: gema@ufc.br

as a reflection of its activities, rupturing with the simplistic synonymous of productive sector and expanding its possibilities and interpretations, within the range of territory. When the concept of territory is apprehended by the government program, which relations are preserved with the identity and way of life of people who are inserted in these territories? In search of a local rural development, until which level does a territorial program aim at meeting the demands of a community? So this article aims to verify the relationships between the Territorial Plan of Sustainable Rural Development (PTDRS) of the Valleys of Curu and Aracatiaçu with the reality of families in the Apiques community, at Maceió Settlement, at Itapipoca, Ceará State, and examine whether these relationships include the multifunctionality of family-based farming as an alternative for sustainable rural development. The following methodologies were used: bibliographic research, documental research and Analysis-diagnosis of Agrarian Systems. The results were: Zoning, Typology of Production Systems, Fertility and Products flowcharts, calendar of activities and hand labor graphic. We concluded that PTRDS contributes with programs that aim at improving the quality of life of men, women and young people providing access to services such as technical assistance, digital inclusion, education and drinking water, but as for the family-based farming activities, it ignores its multiple functions in the process of sustainable rural development.

KEYWORDS: Multifunctionality. Sustainable Rural Development. Maceió. Settlement. Territory.

RESUMO

Devido às múltiplas definições e apropriações do conceito de território, faz-se necessário referenciar sobre qual ótica esta será analisada neste artigo. Trataremos a abordagem territorial no contexto do desenvolvimento rural sustentável, quando o mesmo privilegia a agricultura familiar e dialoga com o enfoque da multifuncionalidade da agricultura. A introdução da noção de território nas análises do espaço rural e da agricultura familiar contribui para a reconstrução do significado de desenvolvimento rural. No campo, essas relações são construídas a partir do modo de produção familiar que, através de sua dinâmica e diversidade produtiva, reprodutiva, cultural e organizacional, transformam e re-significam o espaço rural, caracterizando-o como um reflexo de suas atividades, rompendo com o sinônimo simplista de setor produtivo, ampliando suas possibilidades e interpretações em um âmbito de território. No entanto, quando a concepção de território é apreendida por um programa de governo, quais relações são preservadas com a identidade e modo de vida das pessoas que são/estão inseridas nestes territórios? Na busca de desenvolvimento rural local, até onde um programa de base territorial consegue atender as demandas de uma comunidade? Assim, o presente artigo tem como objetivo verificar as relações entre o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) dos Vales do Curu e Aracatiaçu com a

realidade das famílias da comunidade Apiques, no Assentamento Maceió, em Itapipoca-CE, e analisar se essas relações compreendem a multifuncionalidade da agricultura familiar como alternativa de desenvolvimento rural sustentável. Foram utilizadas as metodologias de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA). O texto traz alguns produtos e reflexões como resultados obtidos, tais como o zoneamento, a tipologia de sistemas de produção, o fluxograma de fertilidade e produtos, o calendário de atividades e o gráfico de mão de obra. Concluiu-se que o PTRDS contribui com programas que visam à melhoria da qualidade de vida de homens, mulheres e jovens, proporcionando o acesso a serviços, como assistência técnica, inclusão digital, educação e água encanada, ao mesmo tempo em que desconsidera suas múltiplas funções no processo de desenvolvimento rural sustentável. **PALAVRAS-CHAVE:** Multifuncionalidade. Desenvolvimento rural sustentável. Assentamento Maceió. Território.

1. APRESENTAÇÃO DO TEMA

A palavra “território”, de acordo com Haesbaert (1997), deriva do latim “territorium”, aparecendo, também, com o significado de “pedaço de terra apropriada”. Segundo Abramovay (1998), sendo um espaço socialmente organizado, o território se caracteriza através de uma identidade histórica atrelada aos fluxos econômicos, institucionais, políticos e humanos. Schneider (2003) compreende “território” como a interação entre espaço e homem, ou seja, uma construção humana que se assenta na definição das relações dos indivíduos com o espaço. Nas definições propostas, verifica-se uma relação entre o espaço ocupado pelos humanos e suas ações.

No campo, essas relações são construídas a partir do modo de produção familiar que, por meio de sua dinâmica e diversidade produtiva, reprodutiva, cultural e organizacional, transformam e re-significam o espaço rural, caracterizando-o como um reflexo de suas atividades, rompendo com o sinônimo simplista de setor produtivo e ampliando suas possibilidades e interpretações em um âmbito de território.

Para Lacerda (2005), a introdução da noção de território nas análises do espaço rural e da agricultura familiar contribui para a reconstrução do significado de

desenvolvimento rural. Segundo Ploeg et al (2000), o desenvolvimento rural se configura na tentativa de reconstrução das bases econômicas, sociais e ambientais e das próprias unidades familiares em face das limitações e lacunas intrínsecas do paradigma produtivista.

Dessa forma, a agricultura familiar, em suas diversas funções, rompe com o paradigma produtivista, ampliando o conceito do rural a partir de uma análise multifuncional. Para Carneiro e Maluf (2003):

A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura e a pesca que deixam de ser entendidas apenas como produtoras de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 19).

Devido às múltiplas definições e apropriações do conceito de território, faz-se necessário referenciar sobre qual ótica esta será analisada neste artigo.

Trataremos de analisar e utilizar a abordagem territorial no contexto do desenvolvimento rural sustentável, quando o mesmo privilegia a agricultura familiar e dialoga com o enfoque da multifuncionalidade da agricultura. Nessa perspectiva, há espaços para a valorização de aspectos não essencialmente produtivistas, valorizados e priorizados no paradigma da Revolução Verde que esteve na base da modernização conservadora da agricultura (BONNAL; MALUF, 2007).

Nesse sentido, perguntamos: Quando a concepção de território é apreendida por um programa de governo, quais relações são preservadas com a identidade e modo de vida das pessoas que são/estão inseridas nestes territórios?; Na busca de desenvolvimento rural local, até onde um programa de base territorial consegue atender as demandas de uma comunidade? A partir desses questionamentos, este artigo traz como objetivo verificar as relações entre o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Vales do Curu e Aracatiaçu com a realidade das famílias da comunidade Apiques, no Assentamento Maceió, em Itapipoca-CE, bem como analisar se

essas relações compreendem a multifuncionalidade da agricultura familiar como alternativa de desenvolvimento rural sustentável.

1.1 PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

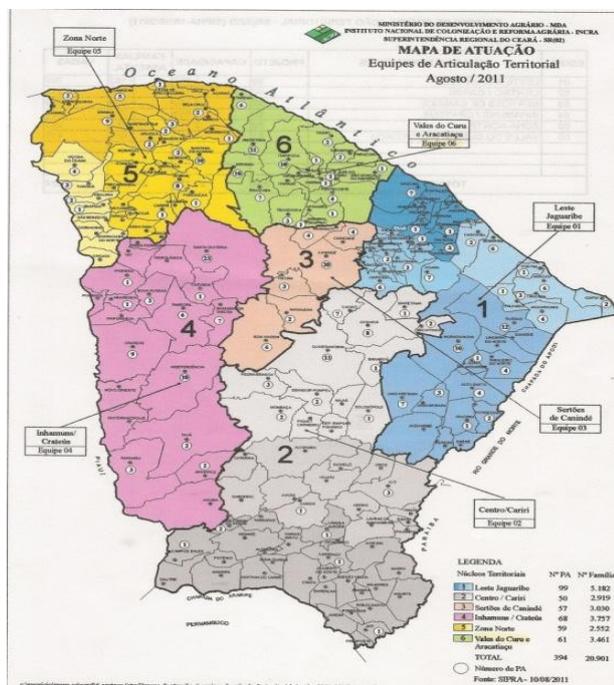
Criado em 2008, pelo Governo Federal, o Programa Territórios da Cidadania tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, além de fomentar iniciativas locais de desenvolvimento sustentável a partir da participação efetiva dos atores locais na definição, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

De acordo com Zapata (2007), o conceito de desenvolvimento territorial envolve uma estratégia elaborada e um processo intencional dos atores de determinado território para – e a partir de – suas vocações construir um projeto de desenvolvimento com maior participação social e equidade. Trata-se, portanto, de descobrir e valorizar os atributos locais no processo de desenvolvimento particular de cada identidade territorial específica.

1.2 TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NO ESTADO DO CEARÁ

Dos 184 municípios do Estado do Ceará, 100 estão inseridos no Programa Territórios da Cidadania, divididos em 6 territórios (Figura 1): Cariri, Inhamus Crateús, Sobral, Vales do Curu e Aracatiaçu, Sertão de Canindé e Sertão Central, com 28, 20, 17, 18, 6 e 13 municípios, respectivamente.

Figura 1 - Mapa dos Territórios da Cidadania no Estado do Ceará

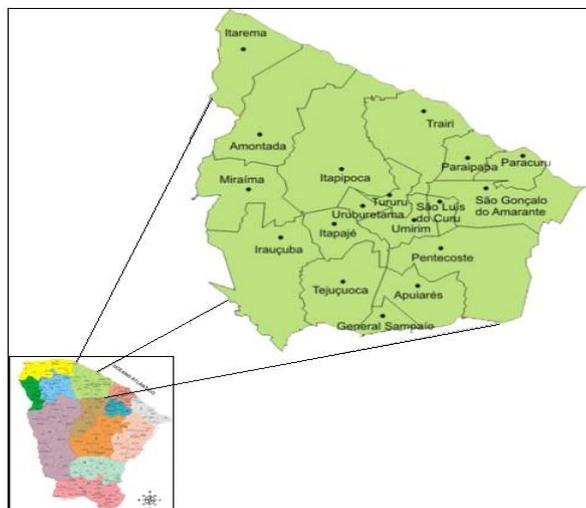


Fonte: INCRA, 2011.

1.3 TERRITÓRIO VALES DO CURU E ARACATIAÇU

O território Vales do Curu e Aracatiaçu (Figura 2) possui uma extensão de 12.143,7 km² e está localizado na porção noroeste do Estado do Ceará, delimitado, ao Norte, com o Oceano Atlântico; ao Sul, com Paramoti e Palmácia; ao Leste, com Caucaia, Maracanaú e Maranguape e, ao Oeste, com Santana do Acaraú e Morrinhos.

Figura 2 - Mapa adaptado do território Vales do Curu e Aracatiçu



Fonte: Adaptação IPECE, 2011.

2 METODOLOGIA

2.1 OBTENÇÃO DOS DADOS

Para a obtenção dos dados e resultados trabalhados neste artigo, foram utilizadas pesquisa documental, bibliográfica e metodologia de Análise Diagnóstica de Sistemas Agrários (ADSA).

A técnica de pesquisa documental vale-se de documentos originais que não receberam qualquer tratamento analítico por autores. “[...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas” (HELDER, 2006, p. 1).

A ADSA é utilizada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e pelas universidades latinoamericanas, sendo resultado das reflexões e pesquisas levadas a efeito no Departamento de Agricultura Comparada e Desenvolvimento Agrícola do Instituto *Paris Agro Tech* (PAT). Esse método consiste, basicamente, na investigação e caracterização da agricultura de uma região ou

microrregião, cuja finalidade é fornecer subsídios para a elaboração de linhas estratégicas de desenvolvimento em termos locais (DUFUMIER, 2007; GARCIA FILHO, 1999; SILVA NETO; BASSO, 2005).

Deste modo, essa metodologia⁴ intervém desde as fases de identificação e elaboração dos projetos, ajudando na formulação das mediações adaptadas às realidades concretas. Baseia-se, portanto, em passos progressivos, partindo do geral para o particular. Em cada etapa, os fenômenos devem ser interpretados e confrontados com as análises das fases anteriores e, ao final, elaboram-se as hipóteses que devem ser verificadas na etapa seguinte. A cada nível de análise deve ser dado um enfoque sistêmico para que se compreendam as relações entre partes e fatos ecológicos, técnicos, sociais e econômicos que integram a realidade.

Os resultados apresentados neste artigo são referentes às etapas metodológicas: Leitura de Paisagem e Caminhada Transversal, Tipologia dos Sistemas de Produção e Itinerário Técnico.

2.2 ÁREA DE ESTUDO

O Assentamento Maceió está localizado em Itapipoca, há 200 km de Fortaleza, município do Litoral Norte Cearense, atualmente formado por doze comunidades⁵. O estudo⁶ limitou-se à comunidade Apiques, atualmente com 120 famílias, sendo 38 assentadas e 82 agregadas.

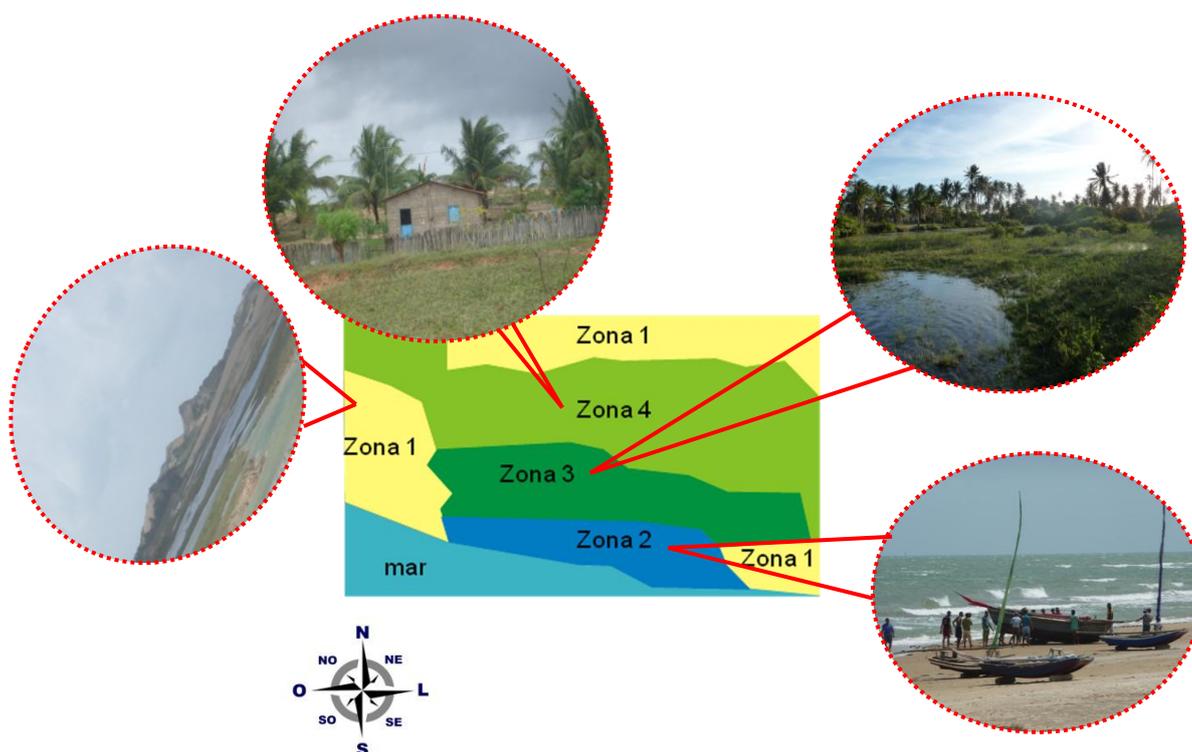
⁴ As etapas metodológicas da ADSA são: Leitura de Paisagem e Caminhada Transversal, Entrevistas Históricas, Sistematização dos Dados, Zoneamento, Tipologia dos Sistemas de Produção, Itinerário Técnico e Econômico, Elaboração do Diagnóstico e do Projeto e Implantação dos Sistemas Produtivos identificados.

⁵ As comunidades que formam o Assentamento Maceió são: Apiques; Bom Jesus; Jacaré; Mateus; Córrego da Estrada; Barra do Córrego e Córrego Novo; Coqueiro; Humaitá, Maceió, Lagoa Grande e Bode.

⁶ A presente pesquisa foi realizada no decorrer do Estágio de Vivência do Programa Residência Agrária - PRA da Universidade Federal do Ceará, de período de Março de 2009 à Novembro de 2010 é traz parte dos resultados obtidos com a elaboração do Diagnóstico na comunidade estudada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO**3.1 ZONEAMENTO: UMA ANÁLISE DA DIVERSIDADE DO ESPAÇO RURAL**

Figura 3 - Zoneamento Agroecológico Comunidade Apiques, Assentamento Maceió. Itapipoca-CE



LEGENDA:

-  ZONA 1: Região de Dunas
-  ZONA 2: Região Litorânea (praia)
-  ZONA 3: Região Úmida (coqueiral)
-  ZONA 4: Região de Quintais Produtivos (concentração de casas)

Fonte: Dados de pesquisa

A Região de Dunas está distribuída ao redor da comunidade, não sendo praticada, nela, qualquer atividade de exploração. Representa um espaço de lazer para crianças e jovens, visto que, entre as dunas, formam-se lagoas resultantes das chuvas. É importante a identificação dessa área, pois a comunidade é delimitada por ela, mostrando a intensa relação dos seus moradores com a natureza e respeitando o espaço que compete às dunas, não povoando e ainda praticando manejos ambientalmente corretos, como o plantio de árvores de pequeno porte para a contenção das mesmas.

A preservação da paisagem local pode ser considerada um serviço ambiental, deste modo, o Programa Combate à Desertificação e a Degradação, previsto no PTDRS, que objetiva pagar aos agricultores por protegerem áreas de preservação permanente, como é caso das dunas, pode representar uma fonte de renda extra para as famílias da comunidade.

De acordo com Cazella (2007), a multifuncionalidade da agricultura contempla o conjunto de funções de desenvolvimento rural executadas por agricultores, sendo que a maioria delas não é remunerada pelo mercado.

ZONA 2 - Região Litorânea (praia)

Observa-se a prática da pesca com utilização de aparelhos de pesca (manzúas, caçoeriras, espinheis e linhas de mão) que, na sua maioria, são fabricados na própria zona, bem como a comercialização do pescado, além de extração de algas marinhas.

Ressalta-se, também, a presença de dois pequenos comércios, além do armazém do atravessador⁷ que fornece insumos, gelo e rancho⁸ aos pescadores. A Região Litorânea foi a primeira zona a ser povoada, recebendo as primeiras casas do Projeto de Assentamento por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

⁷ Refere-se geralmente ao principal comprador da produção oriunda da pescaria, estabelecendo assim o preço de compra, também pode ser chamado em algumas localidades de machante.

⁸ Referente ao alimento que os pescadores levam para as pescarias.

(INCRA), visto que os moradores da comunidade permanecem com uma forte relação com a pesca artesanal.

ZONA 3 - Região Úmida (coqueiral)

Área em que estão localizadas lagoas perenes e, apesar de não muito povoada atualmente, apresenta vasta quantidade de coqueiros, uma das fontes de renda das famílias da região. O fato de ser pouco habitada é justificado, pois com a intensa plantação de coco, na época em que o assentamento ainda era um latifúndio, o solo foi perdendo seus nutrientes, não sendo possível o plantio de culturas de subsistência suficientes para alimentação das famílias (CAJADO, 2010).

Atualmente, essa zona assume mais uma função, visto que pescadores da comunidade estão utilizando o coco como isca na pesca da lagosta, fazendo com que seu custo na pescaria diminua mediante a baixa produtividade, além de otimizar o uso de um recurso abundante no local. Esse fato afirma a capacidade das famílias em criar e recriar os espaços por elas ocupados, salientando a importância da multifuncionalidade da agricultura familiar como alternativa de desenvolvimento rural a partir da realidade local.

Cazella e Mattei (2002) salientam, na multifuncionalidade, a maneira de legitimar as formas “alternativas” de agricultura que não se enquadravam no modelo de desenvolvimento agrícola dominante.

ZONA 4 – Região de Quintais Produtivos

Nessa área, concentra-se a moradia da maioria das famílias e de quintais produtivos, sendo que algumas, mesmo morando em outras zonas, possuem suas plantações nesta, pois, segundo os próprios moradores, se trata de uma terra fértil, sendo observado plantio diversificado (milho, feijão, mandioca, coqueiros, cajueiros,

bananeiras, hortas etc.). Nessa zona, estão localizados os espaços de uso coletivo e interação social, como salão comunitário, escola e comércio.

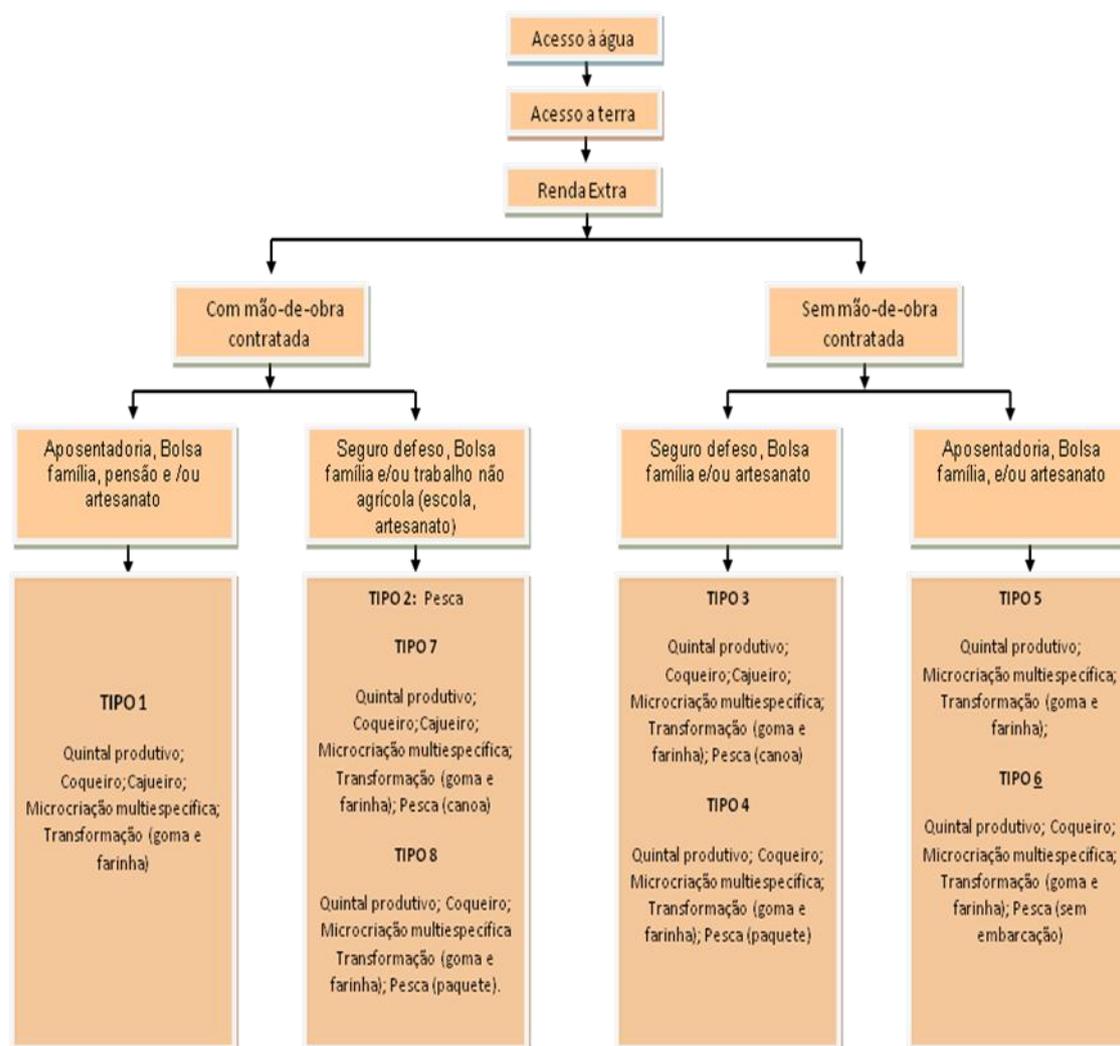
O PTDRS apresenta ações que objetivam a integração social e valorização da cultura, como projetos para construção de quadra poliesportiva, fortalecimento dos grupos artísticos locais, implantação de casas rurais digitais e de bibliotecas rurais, denominadas Arcas das Letras, na comunidade Apiques. Essas ações vêm valorizar os espaços coletivos da comunidade sendo importante para a melhoria da qualidade de vida das famílias.

3.2 TIPOLOGIA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO

A Tipologia dos Sistemas de Produção (Figura 4) inicia-se geralmente pela diferenciação no acesso à tecnologia, à mão de obra, à renda, à água e à terra. Dos citados, a mão de obra é considerada o fator preponderante para a diferenciação dos tipos de sistemas de produção identificados na comunidade. Foram identificados oito tipos de sistemas de produção, sendo cada sistema composto por subsistemas dos tipos: cultivo, criação, transformação e extrativismo.

As rendas não agrícolas, compostas pelo artesanato, trabalho na escola e serviço como agente de saúde, além das transferências federais, como Bolsa Família, Aposentadoria e Seguro Defeso, aparecem como fontes de renda, mostrando sua importância para a permanência das famílias no meio rural que, mesmo com sistemas de produção diversificados, geralmente são destinados para o autoconsumo.

Figura 4 - Tipologia dos Sistemas de Produção identificados na comunidade Apiques, Assentamento Maceió, município de Itapipoca-CE



Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 1 - Intervalos de renda extra por tipo de sistema de produção

Tipo de Sistemas de produção	Intervalos de renda extra (R\$)
TIPO 1	De 600 a 1160
TIPO 2	De 510 a 885
TIPO 3	De 600 a 715
TIPO 4	De 167 a 696
TIPO 5	De 102 a 750
TIPO 6	De 354 a 1023
TIPO 7	De 182 a 1735
TIPO 8	De 370 a 522

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre as renda não agrícolas, o artesanato de renda de bilro se destaca não pela sua representatividade econômica, mas pela sua incidência, significando um importante componente da cultura das artesãs. No PTDRS, a produção de artesanato pelas mulheres recebe especial atenção através de programas e projetos que visam atração de capital de giro para favorecer a autonomia financeira das artesãs, assessoria técnica adequada e continuada para grupos produtivos de mulheres.

No tocante às atividades agrícolas, há uma diversidade de subsistemas de produção e reflexo da dinâmica de organização da mão de obra familiar, visto que os tipos de sistemas que apresentam mão de obra contratada referem-se, basicamente, às diárias pagas sazonalmente por determinado serviço prestado de ordem agrícola e ao pagamento por parte dos pescadores para o dono da embarcação, realizado de forma flexível e baseado nas relações de parentesco, solidariedade e até mesmo pelas questões ambientais, uma vez que, se a produção na pescaria não for satisfatória, os pescadores

priorizam sua segurança alimentar, levando o pescado para ser consumido por suas famílias.

Estes subsistemas se combinam, muitas vezes, no mesmo espaço, otimizando a propriedade rural, diversificando a produção, ajudando na proteção do solo e minimizando os riscos de perdas.

Além de sua função primária de ofertar alimentos e fibras, a multifuncionalidade da atividade agrícola pode moldar a paisagem, prover benefícios ambientais, tais como conservação do solo, manejo sustentável dos recursos naturais e preservação da biodiversidade, e contribuir para a viabilidade de muitas áreas rurais (MALUF, 2001).

A tipologia mostra os diversos sistemas de produção realizados pelas famílias, mas não se torna suficiente para observar qual a dinâmica destes e se há dependências externas como insumos, capital financeiro ou até mesmo capital humano (CAJADO, 2011).

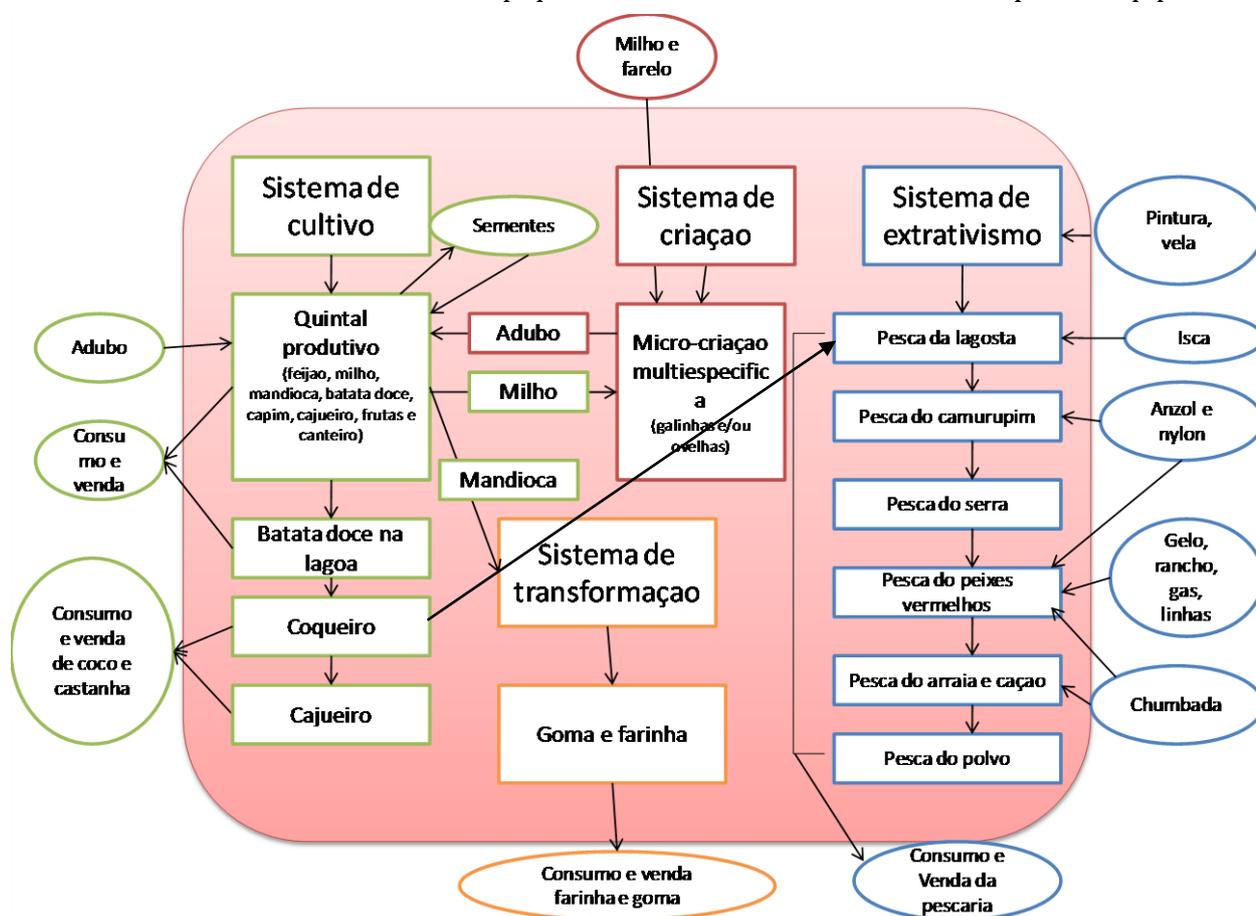
3.3 FLUXOGRAMA DE FERTILIDADE E PRODUTOS: RELAÇÕES E INTERAÇÕES ENTRE OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Por meio do fluxograma (Figura 5), observa-se a existência de poucas entradas de energia no sistema, caracterizando reduzida dependência de insumos externos, tendendo à sustentabilidade, devido às sinergias entre os subsistemas agrários.

As saídas dos sistemas, ou seja, os produtos gerados, são, na sua maioria, destinados ao autoconsumo e, secundariamente, para a venda, garantindo, em primeiro lugar, a segurança alimentar da família e dando ao espaço rural uma função predominantemente de reprodução familiar, além de possibilitar o complemento na renda das famílias que possuem sistemas de produção capazes de gerar excedentes. Os subsistemas de extrativismo da pesca é o tipo no qual mais se verifica a venda de excedente.

Para Cazella et al (2009), as múltiplas funções da agricultura são desempenhadas no âmbito de um sistema de atividades territorializadas, no qual a agricultura aparece como atividade central e polissêmica⁹, moldando e antecedendo o território. É a partir desses sistemas de atividades que se podem observar as múltiplas funções associadas à agricultura.

Figura 5 - Fluxograma de fertilidade e produto representando os oito sistemas de produção identificados na comunidade Apiques, no Assentamento Maceió, município de Itapipoca-CE.



Fonte: Dados da pesquisa.

⁹ Refere-se aqui aos múltiplos significados e funções que a atividade agrícola pode ter para as famílias rurais: fonte de renda monetária, função de autoprovisionamento de alimentos, e/ou significado simbólico, associado à construção de uma identidade sócio-profissional.

No contexto da diversidade das atividades agrícolas familiares, bem como suas relações e interações de caráter sistêmico, observa-se que o PTDRS não contempla tais atividades em sua dinâmica, pois, apesar de ser um programa territorial, ainda trata a agricultura familiar como um setor produtivo ao priorizar, em suas ações, projetos de fortalecimento de cadeias produtivas de forma isolada, como o Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Bovinocultura Mista (leite e corte) e o Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Fruticultura, diluindo, assim, a principal característica da real agricultura familiar, a diversidade.

A pesca artesanal não se apresenta como uma prioridade no PTDRS, sendo citada no tocante apenas ao fortalecimento e organização da cadeia produtiva, ou seja, a atividade ainda é vista somente como um setor produtivo desorganizado, fazendo com que as relações culturais e de identidade com a pesca sejam desconsiderados na elaboração de plano que visa o desenvolvimento rural sustentável. De acordo com Diegues (1993), além de ser responsável por mais da metade da produção de pescado no Brasil, essa prática possui expressiva identidade cultural, caracterizada pelo modo de vida dos pescadores artesanais, não só através de seu relacionamento com os recursos hídricos costeiros e litorâneos, mas com todo o meio ambiente no qual estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Vales do Curu e Aracatiaçu apresenta ações que possibilitam a melhoria da qualidade de vida de homens, mulheres e jovens do meio rural, através de programas e projetos que dão acesso a serviços básicos, como melhoria na infraestrutura de apoio à saúde, água encanada, educação contextualizada, assistência técnica adequada e continuada e acesso ao crédito. No entanto, os sujeitos sociais do campo devem se empoderar não apenas das ações que os assistem, mas da forma como serão instituídas, sendo assim proativos no processo de construção do desenvolvimento de seu território.

Alguns projetos já são presentes no Assentamento Maceió, como a Casa Rural Digital e a Arca da Letras, beneficiando os moradores da Comunidade Apiques, em especial os jovens.

O pagamento pelos serviços ambientais oriundos das atividades agrícolas familiares representa uma possibilidade não só de auxiliar a renda das famílias, mas um avanço nas ações governamentais, apesar de ainda ser considerado serviço ambiental apenas a proteção de áreas de preservação permanente.

Apesar do enfoque territorial, o PTDRS no tocante as ações voltadas às atividades agrícolas familiares, não atende na sua totalidade a lógica da diversidade produtiva, cultural e organizacional da agricultura familiar, já que apresenta, como alternativa para o desenvolvimento rural sustentável, o fortalecimento de cadeias produtivas isoladas, não se diferenciando de outras políticas públicas que historicamente percebem a agricultura familiar prioritariamente como um setor produtivo.

Dessa forma, a multifuncionalidade da agricultura familiar não aparece como alternativa de desenvolvimento rural no PTDRS, fator que suscita questionamentos, já que a agricultura familiar multifuncional se apresenta como formadora de territórios a partir dos sujeitos que a constituem.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Brasília: MDA/NEAD; Consultoria IICA 940/98, 1998.

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato. Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil. In: LIMA, E. N. et al. (Orgs.). **Mundo rural IV** – configurações rural-urbana. Rio de Janeiro: Mauad/Edur, 2007. pp. 217-236.

CAJADO, D. M. et al. Diagnóstico de Sistemas Agrários como ferramenta de construção da Educação do Campo: O caso da comunidade Apiques- Assentamento Maceió, Itapipoca-CE. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO/ SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR E AS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO BRASILEIRO/ ENCONTRO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, 3,3,1, Brasília, 2010. **Anais...** Brasília: UnB, 2010.

_____. Multifuncionaliade e pluriatividade como alternativas para o desenvolvimento rural sustentável: O caso da comunidade Apiques, assentamento Maceió-Itapipoca-CE. In: FÓRUM BRASILEIRO DO SEMIÁRIDO, 3, Sobral, 2011. **Anais...** Sobral: UVA, 2011.

CARNEIRO M. J.; MALUF R. S. (Eds.). **Para além da produção:** multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura. Rio de Janeiro: Mauad/Nead, 2003.

CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. F. Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias de agricultores: novas bases interpretativas para repensar o desenvolvimento rural. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO AGROPECUÁRIA - IESA, 5, 2002, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: EPAGRI, 2002.

_____. A multifuncionalidade agrícola: A defesa de subsídios públicos para o desenvolvimento rural. **Revista Marco Social:** multifuncionalidade e agricultura familiar, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 12-15, jul. 2007.

_____.; BONNAL, P., MALUF, R.S. (Orgs.). **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, NEAD, IICA, 2009.

DIEGUES, A. C. S. Realidades e falácias sobre pescadores artesanais. In: **DOCUMENTOS e relatórios de pesquisas nº 7.** Centro de Culturas Marinhas – USP. São Paulo: USP, 1993.

DUFUMIER, Marc. **Projetos de desenvolvimento agrícola:** manual para especialistas. Salvador: EDUFBA, 2007.

GARCIA FILHO, Danilo P. **Guia metodológico de diagnóstico de sistemas agrários.** Brasília: INCRA/FAO, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto: Universidade de Algarve, 2006.

LACERDA, T.F.N. **A unidade familiar e as novas funções atribuídas à agricultura: o caso dos agricultores ecológicos do Território da Encosta da Serra Geral (Dissertação de mestrado)**. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2005.

MALUF, R. **A noção de Multifuncionalidade da agricultura, aspectos analíticos e implicações nas políticas públicas: experiência francesa e o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2001.

PLOEG J.D. van der et alii. Rural Development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Org). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.

ZAPATA, T. **Desenvolvimento Territorial: Curso de Desenvolvimento Territorial Endógeno**. Florianópolis: SEaD/UFSC; Ministério da Integração Nacional, 2007.

* Artigo submetido em 20 de maio de 2013 e aceito para publicação em 07 de junho de 2013.